

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Processo Administrativo nº 264/2026

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, tais como cimento, areia, brita, tijolos, cal e insumos correlatos, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Barrolândia – TO, bem como dos Fundos Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social.

1.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços de manutenção, conservação, pequenas obras e reparos nas estruturas públicas municipais.

3.2. A ausência dos materiais compromete diretamente a prestação dos serviços públicos, podendo gerar danos ao patrimônio público e aumento de custos com intervenções emergenciais.

4. DESCRIÇÃO DOS ITENS

Conforme levantamento do processo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	Areia fina	MT	220
2	Areia grossa	MT	280
3	Brita nº 0	TN	220
4	Brita nº 1	TN	70
5	Cal de pintura 8 kg	UN	1.500
6	Coluna 4 vergalhões 10 mm	UN	60
7	Coluna 4 vergalhões 8 mm	UN	30
8	Cimento 50 kg	UN	790
9	Tijolo 6 furos	UN	7.500
10	Tijolo 8 furos	UN	23.000
11	Treliça 6 mm	UN	40

5. ESTIMATIVA DO VALOR

5.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 264.252,28 (duzentos e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços realizada pela Administração, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A estimativa foi elaborada mediante:

- I – Levantamento de contratações similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II – análise de preços praticados por órgãos públicos de porte semelhante;
- III – cotação direta de mercado obtida no âmbito do processo administrativo;
- IV – consolidação dos dados por meio de mapa comparativo de preços constante no Estudo Técnico Preliminar.

5.3. Os valores obtidos foram utilizados como **parâmetro de verificação de compatibilidade com o mercado**, não sendo adotados de forma automática como média obrigatória, mas como instrumento de aferição da vantajosidade da contratação.

5.4. A estimativa considera valores praticados no período recente (2024 a 2026), com objetos compatíveis, garantindo aderência à realidade de mercado e atendimento aos princípios da economicidade e eficiência.

5.5. Por se tratar de contratação via Sistema de Registro de Preços, o valor estimado possui caráter **meramente referencial**, não constituindo obrigação de contratação integral, limitando-se aos quantitativos efetivamente demandados pela Administração.

6. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

6.1. Sistema de Registro de Preços – SRP.

6.2. Modalidade: Pregão Eletrônico.

6.3. Critério de julgamento: Menor preço por item.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Requisitos dos materiais

Os materiais a serem fornecidos deverão:

- I – ser novos, de primeira qualidade e sem uso anterior;
- II – atender às normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT;
- III – estar livres de defeitos, impurezas ou irregularidades que comprometam sua utilização;
- IV – apresentar padrão compatível com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- V – possuir, quando aplicável, procedência regular e condições adequadas de armazenamento e transporte.

7.2. Requisitos da contratada

A contratada deverá:

- I – realizar o fornecimento de forma parcelada, conforme as solicitações da Administração;
- II – efetuar a entrega dos materiais no Município de Barrolândia – TO, em local indicado na Ordem de Fornecimento;

III – arcar com todas as despesas relativas ao transporte, carga e descarga dos materiais;

IV – garantir a integridade dos produtos até o momento da entrega;

V – substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os materiais entregues em desacordo com as especificações, sem ônus para a Administração;

VI – manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.3. Condições de aceitação

7.3.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no ato da entrega e definitivamente após verificação de conformidade com as especificações técnicas.

7.3.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ocultos ou defeitos de fabricação.

7.4. Consequências do descumprimento

O fornecimento de materiais em desacordo com as especificações ou o descumprimento dos requisitos estabelecidos sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento será parcelado, conforme necessidade.

8.2. Prazo de entrega: até 05 dias úteis após solicitação.

8.3. Local: definido na ordem de fornecimento.

9. DO RECEBIMENTO

9.1. Recebimento provisório: no ato da entrega.

9.2. Recebimento definitivo: após conferência técnica.

9.3. Produtos em desacordo serão recusados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Cumprir prazos de entrega;
- Garantir qualidade dos produtos;
- Substituir materiais irregulares;
- Manter condições de habilitação;
- Responsabilizar-se por encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Emitir ordens de fornecimento;
- Fiscalizar a execução;
- Efetuar pagamento após atesto;
- Disponibilizar local para entrega.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, após a verificação da regular execução do objeto.

12.2. O pagamento ficará condicionado à:

I – Entrega dos materiais em conformidade com as especificações;
II – emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato;
III – comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada, quando exigido pela legislação;

12.3. O pagamento observará a ordem cronológica de exigibilidade das obrigações, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Sobre o valor a ser pago serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, conforme o regime jurídico aplicável à contratada.

12.5. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado monetariamente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, proporcional ao período de atraso.

12.6. Não haverá pagamento antecipado, salvo nas hipóteses previstas em lei.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS E EXEQUIBILIDADE

13.1. Serão analisados indícios de inexecuibilidade, especialmente propostas com valores muito inferiores ao mercado.

13.2. Considera-se indício relevante propostas inferiores a 70% do valor estimado, nos termos da jurisprudência do TCU.

13.3. Nesses casos será realizada diligência, podendo ser exigido:

- planilha de custos;
- notas fiscais;
- comprovação de fornecimento;
- logística de entrega.

13.4. A não comprovação da exequibilidade implicará desclassificação.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Jurídica

14.2. Fiscal e trabalhista

14.3. Qualificação técnica (atestado compatível)

14.4. Econômico-financeira

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Das infrações administrativas

Constituem infrações administrativas, dentre outras:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
II – dar causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
III – dar causa à inexecução total do contrato;
IV – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto;

V – apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;

VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII – comportar-se de modo inidôneo;

VIII – praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

15.3. Das penalidades aplicáveis

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes penalidades:

I – **Advertência**, quando houver inexecução parcial sem maior gravidade;

II – **Multa moratória**, correspondente a **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **10% (dez por cento)**;

III – **Multa compensatória**, nos seguintes casos:

a) até **10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela não executada, em caso de inexecução parcial;

b) até **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total;

IV – **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo de até 3 (três) anos;

V – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

15.4. Critérios para aplicação das sanções

Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – os danos causados à Administração;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – a reincidência;

V – a vantagem auferida pelo infrator.

15.5. Regras de aplicação

15.5.1. As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.5.2. A aplicação das penalidades não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

15.5.3. Antes da aplicação de qualquer sanção será assegurado prazo para apresentação de defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

15.5.4. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade dependerão de processo administrativo específico.

16. DA GARANTIA

16.1. Não será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto e o baixo risco associado à execução.

16.2. A Administração poderá, mediante justificativa expressa e devidamente fundamentada, exigir garantia contratual nos casos em que houver risco relevante à execução do objeto.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, vedada sua prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência própria, podendo ultrapassar a vigência da Ata, desde que sua assinatura ocorra dentro do prazo de validade da Ata, nos termos da legislação vigente.

17.3. A vigência dos contratos observará a natureza do objeto e a necessidade da Administração, ficando condicionada à existência de dotação orçamentária e à manutenção das condições de habilitação da contratada.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

18.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor ou comissão designada pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Será formalmente designado:

I – Gestor do contrato, responsável pela coordenação geral da execução contratual;

II – Fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento direto da execução e verificação do cumprimento das obrigações.

18.3. Compete ao gestor do contrato:

I – Acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos;

II – promover a articulação entre as áreas envolvidas;

III – adotar providências para a regular execução do contrato;

IV – autorizar, quando cabível, alterações contratuais nos termos da lei.

18.4. Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

II – verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações;

III – atestar notas fiscais para fins de pagamento;

IV – registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

V – comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade.

18.5. Registros e controle

18.5.1. A fiscalização deverá registrar todas as ocorrências relevantes em relatório próprio ou sistema, inclusive eventuais descumprimentos contratuais.

18.5.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas ao gestor do contrato para as medidas cabíveis.

18.6. Responsabilidade

18.6.1. A atuação do gestor e do fiscal não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto.

19. DA MATRIZ DE RISCO

19.1. Nos termos das boas práticas de governança previstas na Lei nº 14.133/2021, estabelece-se a presente Matriz de Risco, com o objetivo de identificar, classificar, alocar e mitigar os riscos relacionados à execução do objeto.

19.2. Riscos atribuídos à CONTRATADA

São de responsabilidade da CONTRATADA os riscos decorrentes da execução do objeto, incluindo:

- I – atraso na entrega dos materiais;
- II – fornecimento de produtos em desacordo com as especificações;
- III – falhas logísticas, operacionais ou de transporte;
- IV – inadequação na formação de preços ou erro de proposta;
- V – indisponibilidade de estoque ou fornecedores.

19.3. Riscos atribuídos à CONTRATANTE

São de responsabilidade da CONTRATANTE:

- I – Atraso na emissão de ordens de fornecimento;
- II – atraso no pagamento após regular liquidação da despesa;
- III – falhas na fiscalização contratual;
- IV – alterações administrativas que impactem a execução.

19.4. Riscos compartilhados

São considerados riscos compartilhados entre as partes:

- I – Caso fortuito ou força maior;
- II – eventos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis;
- III – alterações legais ou normativas supervenientes;
- IV – fatos do príncipe.

19.5. Tratamento dos riscos

19.5.1. A parte que identificar risco relevante deverá comunicar formalmente a outra parte no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

19.5.2. O pedido de reequilíbrio deverá ser acompanhado de documentação comprobatória e análise detalhada do impacto financeiro.

19.5.3. A simples variação de preços de mercado ou dificuldades operacionais não caracterizam, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro.

19.6. Revisão da matriz de risco

A matriz de risco poderá ser revista mediante acordo entre as partes, desde que devidamente justificada e formalizada por termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20. DO PARCELAMENTO

20.1. A contratação será realizada por item, adotando-se o critério de julgamento de menor preço por item, em razão da natureza divisível do objeto, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

20.2. O parcelamento da contratação justifica-se pela necessidade de:

- I – Ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores especializados em itens específicos;
 - II – promover a economicidade, com a obtenção da proposta mais vantajosa para cada item;
 - III – evitar a concentração de mercado e garantir maior eficiência na contratação;
 - IV – adequar a contratação à diversidade dos materiais a serem adquiridos.
- 20.3. O parcelamento não compromete a padronização, a qualidade dos materiais ou a execução do objeto, sendo técnica e economicamente viável.

21. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

21.1. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

21.2. O julgamento será realizado de forma objetiva, considerando o menor valor ofertado por item, desde que atendidas integralmente as exigências de habilitação e as especificações do objeto.

21.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- I – não atenderem às exigências deste Termo de Referência;
- II – apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com o mercado;
- III – não demonstrarem sua viabilidade quando exigido pela Administração;
- IV – contiverem vícios insanáveis.

21.4. A análise de exequibilidade observará os parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, podendo ser realizada diligência para comprovação da viabilidade da proposta.

22. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Integram este TR:

- DFD
- ETP
- Mapa de preços

22.2. Casos omissos serão resolvidos conforme Lei nº 14.133/2021.

Barrolândia – TO, 14 de abril de 2026.

Responsável pelo TR:



Keury Juliana Nunes da Silva
Secretaria Municipal de Administração